



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAROLINE SILVA DE OLIVEIRA

**As ações persecutórias do Estado contra professoras
universitárias da Universidade de Brasília na Ditadura
Militar (1964-1985)**

BRASÍLIA

2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAROLINE SILVA DE OLIVEIRA

**As ações persecutórias do Estado contra professoras
universitárias da Universidade de Brasília na Ditadura
Militar (1964-1985)**

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História
do Instituto de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília como requisito
parcial para a obtenção do grau de
licenciado em História.

BRASÍLIA

2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres - UnB

(Orientador)

Me. Paulo Eduardo Castello Parucker - CLDF

(Membro)

Me. Mateus Henrique Siqueira Gonçalves - UnB

(Membro)

Data da defesa oral: 22/02/2023

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca.”

Darcy Ribeiro, (1922-1997)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, minha mãe, Maria Cléa, meu pai, Waldomiro, e ao meu irmão, Wéverton, por toda a dedicação com a minha educação, pelo suporte e apoio incondicional durante toda a minha vida. O amor e o esforço de vocês me proporcionaram chegar até aqui.

Agradeço ao meu querido orientador, Professor Dr. Mateus Gamba, pelos apontamentos e observações precisas, sem os quais eu não conseguiria ter realizado este trabalho, pelo acolhimento e por acreditar em mim e na minha pesquisa.

À minha amiga de longa data, Mariana, pela caminhada até a chegada na Universidade de Brasília, pelo companheirismo e por todo o amparo nas horas difíceis.

Ao Raphael, meu amor, sou grata pela sua compreensão, por seu apoio, conforto, carinho e palavras de encorajamento.

Aos meus amigos do curso de História, pelos momentos de descontração no centro acadêmico, que tornaram esta jornada mais leve, e pelas trocas de conhecimentos ao longo da graduação.

Por fim, agradeço ao Professor Daniel Faria e ao projeto de extensão Memória e Ditadura, por me despertar o interesse sobre a Ditadura Militar e a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória.

RESUMO

O presente trabalho aborda as implicações da Ditadura Militar (1964-1985) nas universidades, com foco na comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, as consequências que gerou na carreira e na vida dos docentes universitários e em específico analisa o impacto do regime na carreira de duas professoras do Departamento de História: Adalgisa Maria Vieira do Rosário e Geralda Dias Aparecida. As universidades foram vistas pelos golpistas como local de forte ameaça comunista, logo, foram um dos locais mais visados e perseguidos pelo regime, na mira constante da espionagem e da repressão, que ansiavam por uma “limpeza ideológica” dos espaços públicos. A comunidade acadêmica da UnB, que havia sido fundada recentemente, foi amplamente atingida por violências arbitrárias.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Universidade de Brasília, professores universitários.

ABSTRACT

The present work deals with the implications of the Military Dictatorship (1964-1985) in universities, focusing on the academic community of the Brasília University, the consequences it generated in the career and life of university professors and, in particular, analyzes the impact of the regime on the careers of two professors in the Department of History: Adalgisa Maria Vieira do Rosário and Geralda Dias Aparecida. The universities were seen by the coup leaders as a place of strong communist threat, therefore, they were one of the most targeted and persecuted places by the regime, in the constant sights of espionage and repression, which yearned for an “ideological cleansing” of public spaces. The academic community at UnB, which had been recently founded, was widely affected by arbitrary violence.

Keywords: Military Dictatorship, Brasília University, university professor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	12
1.1 A DITADURA MILITAR E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	15
1.2 PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OS POTENCIAIS INFLUENCIADORES DA SUBVERSÃO.....	22
CAPÍTULO 2 - DA AÇÃO POPULAR PARA A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	29
2.1 ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO.....	29
2.2 GERALDA DIAS APARECIDA.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Em 1964 ocorreu o golpe de Estado, orquestrado por uma coalizão civil-militar de antirreformistas e conservadores que viam o então presidente João Goulart como um populista, incompetente e amigo dos comunistas. O Brasil vivia um ambiente de polarização ideológica e de disputa de projetos distintos para o país. Com o golpe, os militares chegaram ao poder e instauraram uma ditadura que perdurou por 21 anos.¹

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) o Estado e seus agentes apoiadores praticaram uma série de graves violações aos direitos humanos, como torturas, desaparecimentos e mortes dos presos políticos. Conjuntamente exerceram cassações de direitos políticos, censura, repressão, espionagem e perseguições ideológicas.²

As universidades foram vistas pelos golpistas como antros de esquerdização, subversão e de ameaça comunista, logo, foram um dos locais mais visados e perseguidos pelo regime, na mira constante da espionagem e da repressão, que ansiavam por uma “limpeza ideológica” dos espaços públicos. A comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, que havia sido fundada recentemente, foi amplamente atingida por estas violências arbitrárias.³

A Universidade de Brasília, fruto do trabalho de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, inaugurada no dia 21 de abril de 1962, representava um modelo inovador e revolucionário de universidade. Contava com um sistema de créditos por disciplina, pagava salários maiores, era constituída de departamentos e institutos e não havia professores catedráticos. Foi desenvolvida para ser centro de pesquisa e contava com cursos de pós-graduação, era o molde da tão reivindicada reforma universitária da década de 1960.⁴

É importante salientar que a UnB foi perseguida por conta de seu projeto original, que era mal visto pelos setores conservadores da sociedade e por ter tido a frente, pessoas como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que durante o período ditatorial foram perseguidos

¹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

² FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*, v. 4.

³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Zahar, 2014.

⁴ *Ibidem*.

e considerados inimigos do sistema. Ademais, a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade relata a possibilidade da morte de Anísio Teixeira ter sido um assassinato político causado pelo regime, e não acidental, como foi descrita pelas informações oficiais.⁵

Em abril de 1964, poucos dias após o golpe, a UnB sofreu a primeira de uma série de invasões violentas por tropas militares, que se repetiram novamente em outubro de 1965, agosto de 1968 e junho de 1977. ⁶ Com o Ato Institucional nº 5, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, a repressão atingiu um novo patamar, tornando-se muito mais violenta. Na década de 1970, três alunos da universidade desaparecem: Paulo de Tarso Celestino da Silva,⁷ em 1971; Honestino Monteiro Guimarães,⁸ em 1973 e Ieda Santos Delgado,⁹ em 1974, e mesmo com as investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹⁰ e da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV-UnB)¹¹, não sabemos até esta ocasião os paradeiros dos corpos destes desaparecidos políticos.

Este trabalho tem como objetivos gerais explicar sobre as implicações da Ditadura Militar nas universidades, com foco na comunidade acadêmica da Universidade de Brasília e no impacto que gerou na carreira e na vida dos docentes universitários.

⁵ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg.292. Disponível em: https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf Acesso em: 22. Jun. 2021.

⁶ OPENING the Archives Project. Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423> Acesso em: 22 jun. 2021.

⁷ Paulo de Tarso formou-se em Direito na UnB em 1969, foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília e militante da Ação Libertadora Nacional. Desapareceu em 12 de julho de 1971 após ser preso pelo DOI-CODI no Rio de Janeiro.

⁸ Honestino Guimarães era estudante de Geologia da UnB, líder estudantil, foi eleito presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília e expulso da universidade antes de terminar o curso. Desapareceu em 10 de outubro de 1973 após ser preso no Rio de Janeiro.

⁹ Ieda Delgado formou-se em Direito na UnB em 1969. Desapareceu em 11 de abril de 1974 quando viajava do Rio de Janeiro para São Paulo a serviço da Ação Libertadora Nacional.

¹⁰ A Comissão Nacional da Verdade tem por finalidade apurar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. A CNV foi fundada em 2011, no governo de Dilma Rousseff e também tem como objetivo registrar, resgatar a memória e esclarecer mortes e desaparecimentos políticos.

¹¹ A Comissão Anísio Teixeira de Verdade e Memória da Universidade de Brasília foi criada em 2012 e desenvolveu suas atividades até 2015. Seu objetivo é promover o direito à memória, verdade e informação sobre as violações de direitos humanos que ocorreram na UnB durante o período de 1º de abril de 1964 a 5 de outubro de 1988.

Dentre os objetivos específicos estão analisar o impacto do regime na carreira de duas professoras do Departamento de História: Adalgisa Maria Vieira do Rosário e Geralda Dias Aparecida. Adalgisa atuou como professora da UnB de 1970 a 1998 e Geralda de 1972 a 1973 e de 1985 a 2003. As duas se conheceram em Minas Gerais, na organização política Ação Popular, entidade considerada subversiva pelo militares. Durante a Ditadura Militar, foram vigiadas pelos órgãos de informação, pelas suas concepções ideológicas e sofreram consequências em suas carreiras acadêmicas por conta disso.

Em todas as universidades, os professores considerados suspeitos de serem militantes, comunistas, esquerdistas, ideologicamente não compatíveis com a ditadura de 1964, foram demitidos, aposentados, presos, vigiados e perseguidos pelo Estado autoritário. Ressaltam-se dois episódios importantes de resistência e luta pela autonomia universitária na Universidade de Brasília. O primeiro, a demissão coletiva de 13 coordenadores em setembro de 1965 e o segundo, a demissão em massa de professores, ocorrida em outubro de 1965, no qual 223 professores, que correspondia a aproximadamente 80% do corpo docente pediu demissão em protesto ao clima de instabilidade e as demissões arbitrárias de professores.¹²

Vários mecanismos foram usados para vigiar a comunidade universitária e principalmente os estudantes. A partir de janeiro de 1971, são criadas as assessorias de segurança das universidades. A Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília¹³ (ASI/UnB) foi criada em 19 de fevereiro de 1971.¹⁴ Na UnB, outro órgão também vigiou a comunidade universitária, o Serviço de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília¹⁵ (SPP/ UnB).¹⁶

¹² MOTTA, *op. cit.* Pg. 28

¹³ Órgão integrante da administração da UnB e vinculado ao órgão setorial de informações do Ministério da Educação e Cultura que tinha como objetivo vigiar, espiar e controlar ideologicamente a comunidade universitária. Nas documentações podem aparecer como AEE ou AESI.

¹⁴ MOTTA, *op. cit.* Pg. 133.

¹⁵ Órgão da UnB que além das suas funções oficiais também espionava a comunidade universitária para a ASI/UnB.

¹⁶ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações** (1964-1985). Pg. 21. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427725566_ARQUIVO_PAULOPARUCKER-Venenoemdosdupla-ASI-SPP-UnB-Anpuh2015-ST93.pdf> Acesso em: 28 jan. 2023.

Vale ressaltar também a importância da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV-UnB) que investigaram as violações de direitos humanos e buscaram difundir as memórias dos militantes políticos silenciados pela censura, pelo medo e por uma narrativa oficial dos militares que tenta apagar os horrores cometidos pelo Estado contra essas pessoas, através das perseguições, torturas, prisões, desaparecimentos, demissões, aposentadorias forçadas, exílio e também dos que perderam suas vidas pelas mãos do terror de Estado.¹⁷

O presente trabalho será dividido em dois capítulos. O Capítulo 1 situa a criação da Universidade de Brasília na década de 60, as invasões e as violências cometidas contra a comunidade acadêmica da UnB durante a Ditadura Militar e as ações persecutórias contra os docentes, como as demissões e aposentadorias forçadas. O Capítulo 2 trata da trajetória das professoras Adalgisa Maria e Geralda Dias, que por conta da militância anterior ao ingresso na UnB e suas concepções ideológicas foram vigiadas pelos órgãos de informação e sofreram consequências em suas carreiras profissionais.

¹⁷ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015.

CAPÍTULO 1 – A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O arquiteto e urbanista Lúcio Costa reservou uma vasta área para uma universidade, em seu projeto do Plano Piloto de Brasília, sendo assim, o primeiro a pensar em uma universidade na nova capital.¹⁸ Lúcio Costa sabia da importância de uma universidade para o desenvolvimento intelectual e cultural da sociedade.

Anísio Teixeira, um dos mais importantes educadores brasileiro, criador do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)¹⁹, foi o escolhido pelo então presidente Juscelino Kubitschek para elaborar o anteprojeto da universidade. Anísio Teixeira também estava organizando o Plano Educacional de Brasília, e contou com o auxílio de Darcy Ribeiro para formular os primeiros passos do projeto para a universidade.²⁰

Darcy Ribeiro, antropólogo, defensor da educação pública e na época diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais participou ativamente na elaboração do anteprojeto.

Em 25 de julho de 1960, Juscelino Kubitschek criou, por meio do decreto N° 48.599²¹, uma comissão responsável para projetar a Universidade de Brasília. Esta comissão era composta por Darcy Ribeiro, que foi nomeado seu presidente, pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo subchefe da Casa Civil Cyro dos Anjos.²²

Porém, para chegar até esse momento não foi tão simples como parece, pois desde a sua gênese, a Universidade de Brasília enfrentou dificuldades e oposições a sua existência. A começar pela conjuntura política na qual Juscelino Kubitschek se encontrava, visto que ele tinha que lidar com a pressão dos partidos da oposição,

¹⁸ SALMERON, Roberto Aureliano. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Editora UnB, 1998. Pg. 27.

¹⁹ Atualmente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

²⁰ SALMERON, *op.cit.* Pg. 37

²¹ BRASIL, Decreto n.º 48.599, de 25 de julho de 1960. Designa Comissão para realizar estudos complementares sobre a Universidade de Brasília. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/7/1960, Página 10506. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48599-25-julho-1960-387963-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 30 nov. 2022

²² GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro** / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores) Pg. 105.

principalmente da União Democrática Nacional (UDN), que atacavam a construção de Brasília e tentavam barrar a destinação de verbas para tal. Um dos principais opositores era Israel Pinheiro, o presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e amigo de Juscelino Kubitschek temia que a presença de estudantes tão perto da sede do governo federal brasileiro favorecesse manifestações políticas.²³

Além da pressão política, havia a questão de que o então presidente queria que a inauguração de Brasília acontecesse dia 21 de abril de 1960, logo, destinou seus esforços, recursos e maior preocupação para as obras necessárias para a inauguração da capital, sendo assim, não refletindo no primeiro momento sobre a fundação da universidade.²⁴

Vitor Nunes Leal, que acabava de deixar o posto de chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, é apontado como uma das pessoas responsáveis por convencer JK da necessidade da universidade. Seguindo o conselho do político Oswaldo Trigueiro, em um jantar com o presidente da República, contou-lhe que Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos, pediu que escrevessem em sua lápide apenas que ele: “Redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos, foi o autor do projeto de liberdade religiosa em Virgínia e fundou a universidade do mesmo estado.”²⁵

Outro ponto relevante é que provavelmente Brasília teria uma universidade de qualquer forma, pois a Igreja aspirava criar uma Universidade Católica na capital.²⁶ Podemos cogitar que este fato em conjunto com a fala de Nunes Leal sobre o presidente dos Estados Unidos, tenham influenciado JK a pensar sobre o que ele gostaria deixar registrado no seu legado, pois a criação de uma universidade, a primeira em uma nova capital, é um feito memorável.

Ademais, para a universidade enfim se concretizar, ela passou pela mão de três presidentes: Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Conforme cita Darcy Ribeiro em “UnB – invenção e descaminho”:

A começar pelos três presidentes da República dos anos de seu nascimento. Juscelino Kubitschek mandou elaborar o projeto e o encaminhou ao Congresso Nacional como mensagem presidencial. Jânio Quadros confirmou por decreto a comissão encarregada de

²³ *Ibidem.*

²⁴ SALMERON, *op.cit.* Pg. 34

²⁵ *Ibidem.* Pg. 39.

²⁶ *Ibidem.* Pg. 36.

projetar a universidade. João Goulart promulgou a lei de criação da UnB, nomeou seu primeiro reitor e deu apoio total à sua implantação.²⁷

Durante o curto governo de Jânio Quadros, as oposições não cessaram. Darcy Ribeiro diz que:

Seguiu-se o trabalho na Câmara dos Deputados, que, apesar de orientado pela sabedoria e habilidade de San Thiago Dantas, encontrava resistências, especialmente por parte da oposição udenista, cujos líderes argumentavam contra a massa de recursos que se outorgava à nova universidade, contra a autonomia acadêmica que lhe era conferida e contra a independência que o estatuto de fundação lhe daria.²⁸

Mas felizmente o projeto foi aprovado pelas comissões da Câmara dos Deputados e posteriormente, com a renúncia de Jânio à presidência da república, o projeto de lei foi levado a plenário e também obteve a aprovação.²⁹ Em 15 de dezembro de 1961, já no governo de João Goulart, é sancionada a Lei n.º 3.998, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.³⁰

Além das figuras centrais já citadas, a Universidade de Brasília também é fruto do trabalho coletivo de diversos profissionais, intelectuais e professores que formaram comissões gerais e equipes especializadas. Em 9 de abril de 1962, em salas emprestadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a UnB inaugurou seu cursos.³¹ A inauguração oficial do *campus* da universidade ocorreu em uma cerimônia realizada em 21 de abril de 1962, dia em que se comemorava o segundo aniversário de Brasília.³² Darcy Ribeiro foi o primeiro reitor da Universidade de Brasília e Anísio Teixeira o vice reitor.

De acordo com Rodrigo Motta “os receios que a UnB gerava deviam-se, em parte, à ousadia e à audácia do seu projeto, pois fora planejada para servir de ponta de lança para a reforma das universidades brasileiras.”³³ A universidade nasceu em um modelo inovador, não havia o posto de professor catedrático, reformulou a carreira dos docentes com novos cargos e que também passou a ser de jornada de tempo integral e dedicação

²⁷ GOMES, *op.cit.* Pg. 101.

²⁸ *Ibidem.* Pg. 111.

²⁹ SALMERON, *op.cit.* Pg. 65.

³⁰ BRASIL. Lei No. 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Disponível em: <encurtador.com.br/lnzQZ> Acesso em 01 dez. 2022.

³¹ SALMERON, *op.cit.* Pg. 66

³² Universidade de Brasília (UnB) - Conselho Diretor da Fundação. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**, Editora Universidade de Brasília, 1962. Pg. 45.

³³ MOTTA, *op.cit.* Pg. 22.

exclusiva obrigatória.³⁴ Além disso era constituída de departamentos e institutos, possuía cursos de pós-graduação, aderiu ao sistema de créditos por disciplina e foi desenvolvida para ser centro de pesquisa.³⁵ Ela era o molde da tão reivindicada reforma universitária da década de 1960.³⁶

1.1 A DITADURA MILITAR E A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Em 9 de abril de 1964, oito dias após o golpe, a UnB foi invadida pela Polícia Militar de Minas Gerais e pelo Exército, que chegaram ao *campus* em quatorze ônibus e com três ambulâncias.³⁷ Podemos observar que a operação era de força excessiva e desproporcional a situação, já que não estava acontecendo nada no *campus* que justificasse o tamanho do aparato, acredito que não era apenas uma operação de buscas, mas também uma demonstração do que seria o novo regime, da força policial e uma tentativa de impor medo à comunidade acadêmica. Outro ponto muito simbólico foi que a invasão ocorreu no dia em que se instituiu o Ato Institucional nº 1.³⁸

Essa foi a primeira invasão violenta que a universidade sofreu durante a Ditadura Militar. As tropas militares se espalharam por todo o *campus*, inspecionaram os escritórios dos professores, a biblioteca e os prédios no geral. Apreenderam livros, cartas, e folhetos que consideravam como material subversivo. Alunos e professores foram presos, o reitor Anísio Teixeira, que havia tomado posse em junho de 1963, e o vice Almir de Castro foram demitidos de seus cargos e o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília foi destituído.³⁹ Doze professores estavam sendo alvo das buscas dos militares,

³⁴ SALMERON, *op.cit.* Pg. 82

³⁵ MOTTA, *op.cit.* Pg. 47

³⁶ Os principais pontos requeridos na reforma universitária: extinção do posto de professor catedrático, cargo vitalício que concentrava poder e causava alguns problemas, como práticas de nepotismo, contratando parentes como seus auxiliares, controlavam estruturas decisórias, como os conselhos universitários e etc. Os outros professores não tinha o mesmo prestígio e não eram bem remunerados como os catedráticos. Outra demanda era o incentivo para a realização de pesquisas e aumento do número de vagas para ingresso nas universidades, que estavam escassas. De uma forma geral as críticas eram sobre a estrutura arcaica da universidades. Por exemplo, elas eram formadas por um conjunto de faculdades quase que autônomas, pois cada uma fazia o exame de seleção dos alunos de uma forma, os diretores não respondiam aos reitores e etc.

³⁷ SALMERON, *op.cit.* Pg. 164.

³⁸ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg. 69

³⁹ *Ibidem.* Pg. 69

foram presos e levados para o quartel do Batalhão da Guarda Presidencial.⁴⁰ Quem eram os professores e por quais motivos estavam sendo presos não está presente nas fontes.

Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro participavam do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília que foi destituído.⁴¹ Dois profissionais extremamente qualificados e com vasta experiência na área educacional que foram afastados da universidade por conta dos seus ideais progressistas, eram considerados inimigos ideológicos do regime. Podemos observar a motivação de Darcy Ribeiro: “Afinal, sendo um descontente com a universidade, com a sociedade e com a Nação, tal qual elas eram e são, o que me movia e incitava era sempre o impulso de mudar, nunca o de conservar.”⁴²

De 1962 a 1963 o antropólogo atuou como ministro da Educação e entre 1963 e 1964 como Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República⁴³. Essas participações no governo de João Goulart eram mais um motivo para Darcy Ribeiro não ser bem visto pelo regime. Pois segundo Jorge Ferreira: “Para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas.”⁴⁴

Em 1964, após o golpe, Darcy Ribeiro foi exilado no Uruguai. Em 1968, retornou ao Brasil e o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha decretou sua prisão preventiva por trinta dias.⁴⁵ Darcy ficou preso até 1969, foi absolvido, e retornou novamente para o exílio, só regressou para o Brasil definitivamente em 1976.⁴⁶

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade realizou uma análise da fundação da Universidade de Brasília produzida pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação, datada de 11 de outubro de 1965, as informações se referem a Darcy Ribeiro e a Anísio Teixeira da seguinte forma:

⁴⁰ *Ibidem*. Pg. 69

⁴¹ Composto por: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro, Frei Mateus Rocha, Luiz Zaidman, Hermes Lima, Alcides Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira.

⁴² GOMES, *op.cit.* Pg. 105.

⁴³ *Ibidem*. Pg. 134.

⁴⁴ JORGE, Ferreira. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003. Pg. 345.

⁴⁵ DECRETADA a prisão por trinta dias do prof. Darcy Ribeiro. *Jornal do commercio*, 18 dez. 1968. Disponível em: <<https://dspace.stm.jus.br/handle/123456789/31204>> Acesso em 19 dez. 2022.

⁴⁶ GOMES, *op.cit.* Pg. 134.

O chefe⁴⁷, cada vez mais envolvido na complexidade do seu cargo e sem o tirocínio do administrador experiente passou a tomar decisões emocionais ou improvisadas. O então reitor, prof. Anísio Teixeira já velho e cansado, passou a ser uma figura decorativa, perdido em suas lucubrações emocionais e um tanto perplexo diante da virilidade do clã. Destacava-se pela omissão nas decisões; um era demasiado jovem e o outro demasiado velho.⁴⁸

Inclusive há suspeitas quanto a veracidade das informações oficiais sobre a morte de Anísio Teixeira em 11 de março de 1971. João Augusto de Lima Rocha, biógrafo de Anísio Teixeira, apresentou a CATMV – UnB um dossiê com informações sobre a morte do educador que mostra a possibilidade de sua morte ter sido um assassinato político. O laudo da necropsia apontou a morte de Anísio como acidental, causada por uma queda no fosso do elevador, porém, o relatório da comissão apresenta vários pontos que reforçam a suspeita, como por exemplo, ele não ter ido ao encontro que estava marcado com seu amigo Aurélio Buarque de Holanda no dia 11, não ter tido perícia técnica no local da morte antes do corpo de Anísio ser levado para o IML e policiais terem interrompido a autópsia, na qual estavam presentes dois médicos e um acadêmico, que relataram que o legista descreveu lesões que não eram compatíveis com a queda e que poderiam ter sido causadas por um instrumento cilíndrico.⁴⁹

O caso de morte forjada pelo Estado mais conhecido é o do jornalista Vladimir Herzog. Vladimir, que foi professor de jornalismo na USP, foi convocado a comparecer ao Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, em São Paulo, para esclarecer sobre seu vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Voluntariamente, ele foi até o órgão de repressão no dia 25 de outubro de 1975, e nesse mesmo dia, foi torturado e morto pelos agentes do Estado. Sua morte foi montada como um suicídio. Herzog foi encontrado enforcado com um pedaço de pano, na janela da cela em que estava e com um papel rasgado, no qual teria relatado sua participação no PCB. Com base na ação movida por Clarice Herzog em 1976, que comprovaram as evidências das torturas sofridas e no laudo pericial indireto de 2014, da equipe de peritos da Comissão, a CNV entendeu que Vladimir Herzog foi

⁴⁷ O chefe a quem se refere é Darcy Ribeiro, que de 1963 a 1964 atuou como Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, com João Goulart.

⁴⁸ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg.63.

⁴⁹ *Ibidem*. Pg.293.

assassinado por agentes do Estado, que montaram a falsa versão de suicídio do jornalista nas dependências do DOI-CODI.⁵⁰

Voltemos para a análise sobre a universidade. A CATMV-UnB resume as informações do MEC e a visão do regime sobre a UnB da seguinte maneira:

Em síntese, de acordo com a informação secreta do MEC, em seus primeiros anos, a UnB seria a encarnação de projetos delirantes, de euforia “esquerdista”, de anseios de renovação nacional, sob a liderança de Darcy Ribeiro, tratado como jovem impulsivo e carismático.⁵¹

Após a invasão e as demissões, Zeferino Vaz foi o escolhido para ser o reitor e um novo Conselho Diretor foi instituído. O professor de medicina veterinária participou diretamente da preparação do golpe de 1964 e agora o regime tinha uma pessoa de sua confiança no comando na Universidade de Brasília.⁵²

Exatamente um mês após a invasão do *campus* o novo reitor expulsou nove professores e quatro instrutores, alegando conveniência da administração. Foram dispensados os seguintes professores: Francisco Heron de Alencar; José Zanini Caldas; José Albertino Rosário Rodrigues; Edgard De Albuquerque Graeff; Eustáquio Toledo Filho; Ruy Mauro de Araújo Marini; Lincoln Ribeiro; Jairo Simões e Perseu Abramo.⁵³

De acordo com Salmeron, a alegação de “conveniência da administração” era apenas uma desculpa para as demissões arbitrárias, pois “não lhes era feita nenhuma acusação, e não tinham possibilidade de defesa. Eram condenados sem ser acusados”.⁵⁴ Demissões e expulsões arbitrárias de docentes, alunos e funcionários causaram um clima de instabilidade, de insegurança e conseqüentemente desencadearam uma crise na UnB. Em 1965, a universidade passou pela sua maior crise, na qual 223 professores se demitiram coletivamente em resposta as interferências que a universidade sofria. Os casos de Ernani Fiori, Edna de Oliveira e Las Casas são apontados como grandes influências que culminaram nesta crise.

⁵⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. Pg. 1794.

⁵¹ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg.64.

⁵² SALMERON, *op.cit.* Pg. 169.

⁵³ *Ibidem.* Pg. 171.

⁵⁴ *Ibidem.* Pg. 171.

O filósofo Ernani Maria Fiori foi contratado por Zeferino Vaz para organizar o Departamento de Filosofia da universidade, era um professor muito experiente, porém, havia sido demitido e aposentado pelo AI -1 quando trabalhava na Universidade do Rio Grande do Sul e logo Vaz foi pressionado para demitir o professor recém contratado. Fiori foi contratado em março de 1965, e demitido em julho, quando a Consultoria-Geral da República alegou que sua contratação era ilegal.⁵⁵ A demissão de Fiori trouxe novamente o clima de insegurança para a universidade, sentido não apenas pelos professores, mas também pelos alunos e funcionário.

Edna Soter de Oliveira, era antropóloga e dirigia a Secretária-geral de Alunos, funcionária cedida à universidade pelo Ministério da Educação e Cultura, era muito quista pelos alunos pelo desempenho de seu trabalho, algo que não era bem visto pelos serviços policiais, pois acreditavam que pessoas que eram ouvidas pelos jovens, podiam incitá-los ao que eles consideravam “comportamentos desviantes”, como as greves. O ministério solicitou que Edna de Oliveira retornasse ao seu posto de origem, e mesmo Vaz tentando mantê-la na universidade, assim como fez com Fiori, não conseguiu.⁵⁶

O mesmo aconteceu com o sociólogo Roberto Décio Las Casas, que havia sido cedido pelo Ministério da Educação e Cultura para a UnB, a pedido de Zeferino Vaz. Las Casas estava há apenas três meses na universidade, quando o ministro decidiu inesperadamente que ele devia retornar ao seu posto.⁵⁷

Além desses casos, a universidade também sofria por falta de verbas, e em agosto de 1965 os alunos decidiram declarar greve de três dias devido às más condições materiais na universidade. Não havia salas de aulas suficientes, verbas para subsidiar pesquisas e construir laboratórios, eram poucos alojamentos para os estudantes, faltavam apartamentos para os professores e etc.⁵⁸

Em setembro do mesmo ano Laerte Ramos de Carvalho assume a reitoria. O novo reitor designou Las Casas para ser secretário executivo do Instituto Central de Ciências Humanas, porém, no mesmo mês, o nome do sociólogo, que estava em atividade, foi retirado da folha de pagamento e ao perguntar ao funcionário e ao reitor, ninguém falou-

⁵⁵ *Ibidem.* Pg. 187.

⁵⁶ *Ibidem.* Pg. 189.

⁵⁷ *Ibidem.* Pg. 190.

⁵⁸ *Ibidem.* Pg. 190.

lhe quem era o responsável pela ordem. Logo em seguida, o seu retorno ao ministério é novamente requisitado.⁵⁹

Após esse ocorrido, os coordenadores da universidade procuraram Laerte de Carvalho para saber o que estava acontecendo, o reitor tratou com descaso o episódio de Roberto Las Casas, os coordenadores se sentiram desrespeitados e uma falta de confiança por parte do reitor para com eles.⁶⁰ No dia 30 de setembro de 1965, Laerte recebeu dos coordenadores uma carta de demissão coletiva, assinada por 13 pessoas.⁶¹

Roberto Aureliano Salmeron era um dos coordenadores que pediram demissão em forma de protesto, lutando pela autonomia universitária. Salmeron, físico de renome, primeiro coordenador do Instituto de Física e primeiro coordenador-geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia foi uma das grandes perdas que o regime causou por conta das suas perseguições na Universidade de Brasília.

Em outubro de 1965 aconteceu mais um episódio de invasão militar na universidade. Laerte de Carvalho que havia dito que aceitou o cargo de reitor para servir ao governo,⁶² faz jus às suas palavras. Em 8 de outubro, os professores decidiram fazer uma greve de 24 horas em resposta ao que estava acontecendo na universidade, e no dia seguinte os estudantes também declararam greve. O reitor então pediu o envio de tropas a universidade.⁶³

Segundo o reitor, o pedido do envio de tropas ao Departamento Federal de Segurança Pública era “para manutenção da ordem e preservação do patrimônio da Fundação Universidade de Brasília”.⁶⁴ Mesmo não havendo nenhuma depredação no *campus*. Dia 11 de outubro as tropas invadiram a UnB. Uma semana depois, quinze professores eram expulsos pelo reitor.⁶⁵

⁵⁹ *Ibidem*. Pg. 199.

⁶⁰ *Ibidem*. Pg. 205.

⁶¹ Os seguintes coordenadores se demitiram: Roberto A. Salmeron, Antônio R. Cordeiro, Cláudio Santoro, A.L. Machado Neto, Elon Lages Lima, Otto Gottlieb, Aryon D. Rodrigues, R. Pompeu de Souza, João da Gama F. Lima, Alcides da Rocha Miranda, Italo Campofiorito, Jayme Tiomno e Mário de Souza Lima.

⁶² SALMERON, *op.cit.* Pg. 203.

⁶³ *Ibidem*. Pg. 221.

⁶⁴ *Ibidem*. Pg. 222.

⁶⁵ *Ibidem*. Pg. 225.

Professores esses que souberam pelas notícias nos jornais do dia 19 de outubro que estavam sendo demitidos.⁶⁶ Mais uma vez Laerte demonstrou desrespeito com o corpo docente da universidade.⁶⁷

Em resposta, 223 professores pediram demissão. Naquela época a universidade possuía 305 docentes. Somando os expulsos e os demissionários, a universidade perdeu 79% do seu corpo docente.⁶⁸ Observa-se como a Ditadura Militar solapou a Universidade de Brasília, causando seu esvaziamento e influenciando negativamente na qualidade do ensino público. A falta de liberdade de expressão e de autonomia universitária prejudicou o meio acadêmico. A opressão sufocou o pensamento crítico e a criatividade. Quantas pesquisas deixaram de ser feitas? Quantas contribuições científicas a sociedade deixou de ganhar?

Em 29 de outubro de 1968, ocorreu a invasão mais violenta da Universidade de Brasília. Tropas das Polícias Civil, Federal, Militar, Polícia do Exército e das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), em cerca de cinquenta viaturas, utilizando bombas de gás lacrimogênio e armamentos pesados como bazucas e metralhadoras cercaram o *campus* alegando que estavam cumprindo mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar. Professores, alunos e funcionários foram feridos, espancados e presos, instalações e equipamentos da universidade foram depredados. Entre os presos estava Honestino Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB). O estudante Waldemar Alves da Silva Filho foi atingido por um tiro na cabeça e os policiais atiravam na direção dos que tentavam socorrer o estudante. A universidade parecia um cenário de guerra.⁶⁹

A última invasão militar da UnB ocorreu em 1977, ano marcante nas lutas pela redemocratização. Em maio desse ano lideranças estudantis aderiram aos protestos contra as prisões de trabalhadores e estudantes nas manifestações de Primeiro de Maio. A universidade, que tinha como reitor desde maio de 1976, o capitão de Mar e Guerra José

⁶⁶ Os professores demitidos foram: Roberto Pompeu de Souza Brasil, Jorge da Silva Paula Guimarães, José Reinaldo Magalhães, Rodolpho Azzi. Assistentes: Flávio Aristides Freitas Tavares, Carlos Augusto Callou e Luís Fernando Victor. Auxiliares de ensino: Alberto Gambirásio, José Geraldo Grossi e José Sepúlveda Pertence.

⁶⁷ SALMERON, *op.cit.* Pg. 231.

⁶⁸ *Ibidem.* Pg. 237.

⁶⁹ *Ibidem.* Pg. 443.

Carlos Azevedo, expulsou cerca de trinta alunos, provocando uma greve estudantil de vários meses.⁷⁰ Em 6 de junho de 1977 tropas militares invadiram a Universidade de Brasília, prendendo estudantes e intimidando professores e funcionários.⁷¹

1.2 PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: OS POTENCIAIS INFLUENCIADORES DA SUBVERSÃO

No imediato pós golpe, os agentes da Ditadura Militar realizaram uma “Operação Limpeza”, uma ação que visava retirar seus inimigos políticos do cenário público, como os comunistas, socialistas, trabalhistas, dentre outros.⁷² As universidades estavam no rol dos atingidos pela operação. Alunos foram expulsos. Professores, diretores e reitores foram demitidos ou aposentados.

Em 1969, pós AI-5, há uma nova onda de expulsões. O Objetivo prioritário era o expurgo de estudantes. Nessa segunda “Operação Limpeza” o número de estudantes excluídos das universidades foi maior do que na de 1964. No final de abril de 69 começaram os primeiros expurgos de professores e pesquisadores.⁷³

Rodrigo Motta estima que em 1964 o número de professores universitários atingidos pela primeira operação limpeza seria de aproximadamente 100 pessoas.⁷⁴ A Comissão Nacional da Verdade estima que cerca de 150 docentes foram punidos na segunda onda de expurgos, em 1969, pelos atos formais.⁷⁵

Na Universidade de Brasília, no período de dezembro de 1968 a abril de 1969, 79 professores foram demitidos. Não se tem a certeza de que todas essas demissões foram por razões políticas, mas devido ao período que aconteceu e ao cenário que a universidade viveu em 1968, há a hipótese de ter sido uma limpeza ideológica.⁷⁶

⁷⁰ MOTTA, *op.cit.* Pg. 225.

⁷¹ OPENING the Archives Project. Disponível em: <<https://www.unb.br/a-unb/historia/633-invasoes-historicas?menu=423>> Acesso em: 10 jan. 2023.

⁷² MOTTA, *op.cit.* Pg. 17.

⁷³ *Ibidem.* Pg. 111.

⁷⁴ *Ibidem.* Pg. 112.

⁷⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Volume II. Textos Temáticos**. Brasília: CNV, 2014. Pg. 276.

⁷⁶ MOTTA, *op.cit.* Pg. 112.

Os professores atingidos pela aposentadoria se tornavam visados e tinham dificuldade de conseguir trabalho em outras instituições, pois quem os contratasse podia sofrer represálias. Em outubro de 1969 entrou em vigor o Ato Complementar n.75 e as instituições públicas e privadas que recebiam recursos financeiros do Estado foram proibidas de contratar professores atingidos pelos atos institucionais.⁷⁷ Além dos prejuízos acadêmicos e científicos que as aposentadorias forçadas geraram para as universidades e para a carreira profissional dos professores, também impactavam na sua vida particular.⁷⁸

Para além disso, umas das formas usadas para vigiar e controlar a comunidade universitária foi a criação de um órgão de informação dentro das universidades federais. As assessorias de segurança⁷⁹ das universidades foram engendradas a partir de janeiro de 1971.⁸⁰ É importante lembramos o contexto em que esses órgãos foram inseridos nas universidades. Desde 13 de dezembro de 1968 vigorava o Ato Institucional nº 05:

A consequência mais grave do Ato Institucional foi talvez o caminho que ele abriu para a utilização descontrolado do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Por isso não podiam evitar sérios abusos de poder e tortura de presos políticos.⁸¹

A Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI/UnB) foi criada em 19 de fevereiro de 1971 e era supervisionada pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC).⁸² De acordo com Rodrigo Motta “Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação.”⁸³ Uma das responsabilidades do órgão era atender as solicitações dos seus superiores de Pedidos de Buscas e de Informação, que serviam em

⁷⁷ *Ibidem*. Pg. 118.

⁷⁸ *Ibidem*. Pg. 117.

⁷⁹ A primeira denominação foi Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis) e em 1975 se tornou apenas Assessoria de Segurança e Informações (ASI).

⁸⁰ MOTTA, *op.cit.* Pg. 133.

⁸¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Edusc, 2005. Pg. 162.

⁸² MOTTA, *op.cit.* Pg. 133.

⁸³ *Ibidem*. Pg. 135.

geral para uma triagem ideológica de professores, alunos e funcionários.⁸⁴ A ASI/UnB vigiou intensamente o movimento estudantil e produziu relatórios sobre reuniões, assembleias, manifestações, e contava com as identificações dos alunos, dos líderes estudantis, suas falas e até fotografias. Esses registros serviram para punição dos líderes dos movimentos.⁸⁵ A Assessoria de Segurança e Informações monitorava toda a comunidade universitária para atingir seu objetivo, o controle ideológico da universidade para combater o comunismo, e quando a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) surgiu, também foi alvo de sua espionagem.⁸⁶ Em 1979, a DSI/MEC informou as universidades que as ASIS deveriam ser extintas.⁸⁷

Na UnB, outro órgão também vigiou a comunidade universitária, o Serviço de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília (SPP/ UnB). Além das suas funções oficiais, também produziu relatórios para a ASI/UnB sobre o movimento estudantil, informando nomes e matrículas e fotografias dos estudantes que participavam do movimento.⁸⁸

Um ponto interessante é que antes do golpe, os alunos eram mais adeptos à esquerda do que os professores. Motta diz que “eles compunham o grupo social mais receptivo a ideias radicais e socialistas.”⁸⁹ e que “nos meios acadêmicos eram fortes os laços com valores conservadores, em alguns casos até com a extrema direita.”⁹⁰, se referindo aos professores universitários.

Poucas pessoas no Brasil tinham conhecimento adequado do marxismo, inclusive os que se consideravam comunistas, por isso os jovens universitários começaram a criar grupos de estudo sobre o tema, em geral sem o auxílio de professores, até porque eram raros os acadêmicos marxistas nos anos 1950 e 1960. Significativamente, o crescimento do interesse pelas ideias de Marx nas universidades foi menos por iniciativa dos mestres e mais por influência dos alunos.⁹¹

⁸⁴ *Ibidem.* Pg. 137.

⁸⁵ *Ibidem.* Pg. 137.

⁸⁶ PARUCKER, *op.cit.* Pg. 19.

⁸⁷ MOTTA, *op.cit.* Pg. 229.

⁸⁸ PARUCKER, *op.cit.* Pg. 7.

⁸⁹ MOTTA, *op.cit.* Pg. 43.

⁹⁰ *Ibidem.* Pg. 17.

⁹¹ *Ibidem.* Pg. 187.

Mesmo com esses fatores, a obsessão do regime pelo anticomunismo fez com que os professores universitários ficassem na mira constante da vigilância, pois eles poderiam influenciar seus alunos a serem esquerdistas, subversivos e comunistas.

Roberto Salmeron nos traz um caso que exemplifica isso muito bem. Em outubro de 1965, quatro docentes da Universidade de Brasília foram presos. Antônio Rodrigues Cordeiro, Ênio L. de Freitas Melo, Jorge da Silva Paula Guimarães e José Reinaldo Magalhães, estavam retornando ao *campus*, depois de terem ido tomar um café, quando foram interceptados pela polícia e levados para a delegacia. O motivo pelo qual eles estavam sendo presos era porque conversavam muito com os alunos, até fora das aulas, e isso levantava suspeitas da polícia, se eles seriam de grupos considerados subversivos e se estariam incentivando os alunos para subversão. Os professores foram interrogados individualmente e liberados na madrugada, depois da intervenção dos seus advogados. Na semana seguinte, Antônio Cordeiro, Jorge Guimarães e José Magalhães foram expulsos da UnB e Ênio Melo se demitiu.⁹²

Podemos perceber que isso ocorreu também no caso já citado da Edna Soter, funcionária que dirigia a Secretaria-Geral de Alunos e foi retirada da Universidade de Brasília por ser bem quista pelo alunos.

Outro exemplo desse medo do regime da influência dos professores está presente no documento redigido e divulgado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 08 de janeiro de 1969, uma lista de alunos e ex-alunos da Universidade de Brasília que não deveriam exercer o magistério:

Informamos que os elementos abaixo relacionados, universitários de Brasília, pelas suas implicações de caráter subversivo, estão sem condições de exercer o magistério, face ao risco de os seus educandos serem expostos à sua influência ideologicamente perniciosa e anti-revolucionária.⁹³

Honestino Guimarães e Paulo de Tarso, ambos desaparecidos políticos, estão nessa lista.

⁹² SALMERON, *op.cit.* Pg. 241.

⁹³ Ver BR DFANBSB AAJ.0.IPM.130 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1128689&v_aba=1> Acesso em 28 dez. 2022.

Ademais, a definição do que era ser comunista também era vaga e arbitrária. Para eles, os comunistas estavam por todos os lados e os movimentos de contestação, quaisquer fossem, faziam parte do Movimento Comunista Internacional.⁹⁴ Além disso, o “perigo vermelho” era caracterizado como a imagem do mal que traria fome, miséria e pecado.⁹⁵

Para compreender esse quadro, deve-se levar em conta que o anticomunismo forneceu um ethos combatente aos militares, à polícia política e aos membros da comunidade de informações, uma razão de ser que justificava sua existência e missão. Ele fornecia, sobretudo, a imagem do inimigo a vigiar e a reprimir.⁹⁶

No presente trabalho, o foco é a Universidade de Brasília, mas diversas universidades federais sofreram com as violências do Estado. No momento do golpe, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) foi invadida pelo DOPS, houve conflitos e estudantes foram presos. Em 14 de abril de 1964, a Universidade da Paraíba (UPB), atual UFPB, teve decretada a sua intervenção pelo comandante do Exército em João Pessoa e Guilardo Martins Alves, oficial do Exército, foi nomeado o interventor. Nesse mesmo período, pós golpe, a Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), atual UFRRJ, também sofreu intervenção, e o reitor Ydérzio Luiz Vianna além de deposto, também foi encarcerado.⁹⁷

Além dos atos citados de demissões e aposentadorias, uma outra forma usada pelos agentes do Estado para atingir e amedrontar os professores universitários eram as operações de “aterrorização”, que consistia em fazê-los depor por horas ou ficarem detidos por alguns dias e depois serem liberados sem responder processos ou terem explicações do porque aquilo ocorreu.⁹⁸

Porém, também houve casos de prisões, torturas, mortes e desaparecimentos. Como o caso de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva⁹⁹. A professora do Instituto de Química da USP desapareceu no dia 22 de abril de 1974 na companhia de Wilson Silva, seu marido, após serem presos por agentes do Estado em São Paulo. Ambos eram

⁹⁴ MOTTA, *op.cit.* Pg. 141.

⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Pg. 72.

⁹⁶ MOTTA, *op.cit.* Pg. 141.

⁹⁷ *Ibidem.* Pg. 21.

⁹⁸ *Ibidem.* Pg. 19.

⁹⁹ O seu irmão, Bernardo Kucinski, solicitou à CEMDP que o nome da irmã fosse registrado de duas formas, com o nome de solteira (Ana Rosa Kucinski) e de casada (Ana Rosa Silva).

integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Cláudio Guerra, ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, afirma ter visto os corpos do casal e os transportados junto com um sargento do DOI-CODI para a Usina Cambahyba no Rio de Janeiro, onde segundo ele, ocorria a incineração de corpos de presos políticos. Ele descreve que ambos estavam nus e apresentavam marcas de tortura. No corpo da professora havia várias marcas de mordida e Wilson não tinha as unhas da mão direita. Diferentes versões foram apresentadas sobre o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e Wilson Silva. Ambos permanecem como desaparecidos políticos.¹⁰⁰

¹⁰⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. Pg. 1646.

CAPÍTULO 2: DA AÇÃO POPULAR PARA A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Neste capítulo iremos abordar a trajetória das professoras Adalgisa Maria Vieira do Rosário e Geralda Dias Aparecida. As duas tem vários pontos em comum, se conheceram em Minas Gerais, na Ação Popular, entidade considerada de caráter subversivo pelo militares e foram professoras da UnB.

Adalgisa Maria e Geralda Dias foram professoras do Departamento de História¹⁰¹ da Universidade de Brasília durante a Ditadura Militar, foram vigiadas pelos órgãos de informação, pelas suas concepções ideológicas e sofreram consequências em suas carreiras acadêmicas por conta disso.

Outro ponto em comum foi o trabalho de ambas com a documentação da história da Universidade. Adalgisa liderou programas de recuperação de documentos, fez parte do projeto ProMemória, que resgata o patrimônio material da instituição,¹⁰² do Projeto Memória do Movimento Estudantil (PROMEMEUI)¹⁰³ e foi colaborada da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV-UNB). Geralda foi uma das responsáveis pela preservação e organização dos documentos da Assessoria de Assuntos Especiais (AAE)¹⁰⁴ da UnB e também foi colaborada da CATMV-UNB. Ela também produziu em 1991, o “Relatório sobre o processo de anistia dos professores e alguns funcionários da Universidade de Brasília”, documento importante na construção da memória sobre a Ditadura Militar na universidade.

2.1 ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO

Adalgisa Maria Vieira do Rosário nasceu em 08 de outubro de 1935 em Contendas do Sincorá (BA) e viveu boa parte de sua vida em Três Marias (MG). Graduiu-se em 1963 em História pela Universidade Católica de Minas Gerais, realizou estudos de pós

¹⁰¹ Na época, o departamento integrava o Departamento de Geografia, Filosofia e História, ele teve sua autonomização em 1986 e atualmente faz parte do Instituto de Ciências Humanas. A graduação em História na UnB teve início em 1969 e o programa de pós-graduação em 1976.

¹⁰² OPENING the Archives Project. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/06/5016629-morre-adalgisa-do-rosario-mestre-da-unb-que-lutou-contra-a-ditadura-militar.html>> Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁰³ OPENING the Archives Project. Disponível em: <<https://www.atom.unb.br/index.php/projeto-mem-ria-do-movimento-estudantil-4>> Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁰⁴ APARECIDA, Geralda Dias. **Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília**. In: Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. v.1, nº1, mar-ago 1998, pp.13-26.

graduação na Espanha de 1965 a 1970¹⁰⁵ e obteve seu doutorado em História em 1971, pela Universidade de Madri¹⁰⁶. Atuou como professora da UnB de março de 1970 até a aposentadoria em 1998. Faleceu em 20 de junho de 2022.¹⁰⁷

Em 1965, Adalgisa se auto exilou, pois estava sendo perseguida pelos militares por ter fundado um centro acadêmico na Universidade Católica de Belo Horizonte (PUC-Minas).¹⁰⁸ Adalgisa foi militante contra a Ditadura Militar e participou de organizações políticas, como o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Ação Popular (AP).

O Centro Popular de Cultura foi criado em dezembro de 1961, no Rio de Janeiro, e seu regimento interno foi votado em março de 1962. O ator Oduvaldo Vianna Filho, o cineasta Leon Hirzman e o sociólogo Carlos Estevam Martins são apontados como os principais articuladores da organização. De acordo com o seu regimento interno, o CPC era um órgão cultural da União Nacional dos Estudantes (UNE), mas possuía autonomia financeira e administrativa.¹⁰⁹

O CPC reunia jovens, diversos artistas e líderes estudantis que almejavam construir uma “cultura popular” que confrontasse as expressões artísticas da época. A organização desenvolveu várias atividades, como o teatro, cinema, música, literatura e cursos de formação profissional. De acordo com Manoel Berlink, com essas atividades eles pretendiam “levar a um público popular informações sobre sua condição social, salientando que as más condições de vida decorrem de uma estrutura social dominada pela burguesia”.¹¹⁰

Em 1964, a UNE foi declarada ilegal pelo governo e o CPC também foi interrompido. Na década de 60 a UNE era uma instituição influente no debate político e com o golpe as entidades estudantis foram muito visadas, pois eram consideradas locais de

¹⁰⁵ Ver BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.705 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2034483&v_aba=1> Acesso em: 28. Jan. 2023.

¹⁰⁶ MULHER dirige *campus* da UnB. *Correio Braziliense*, Distrito Federal, 3 abr. 1973. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq="Adalgisa%20Maria%20Vieira%20do%20Rosario"&hf=memoria.bn.br&pagfis=31786](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq=)> Acesso em: 23 jan. 2023.

¹⁰⁷ OPENING the Archives Project. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2022/06/5016629-morre-adalgisa-do-rosario-mestre-da-unb-que-lutou-contr-a-ditadura-militar.html>> Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ BERLINK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas, Papyrus Livraria Editora, 1984. Pg. 6.

¹¹⁰ *Ibidem*. Pg. 24.

forte “infiltração comunista”. Inclusive a UNE teve sua sede no Rio de Janeiro atacada e incendiada no dia 1 de abril de 1964.¹¹¹ É importante frisar que o CPC do Rio de Janeiro foi o responsável por criar os CPCs estaduais, mas que cada um possui suas particularidades.

A Ação Popular surgiu dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC) e publicou seu Documento-Base em fevereiro de 1963, no seu I Congresso, em Salvador.¹¹² No início da sua trajetória, a AP buscava um caminho alternativo ao marxismo-leninismo e visava construir um socialismo diferente do convencional do Partido Comunista. A organização era fortemente influenciada por autores do socialismo cristão, humanismo e existencialismo.¹¹³ Em 1965 a AP se rearticulou, manteve-se socialista, aderiu a luta armada e progressivamente inclinou-se ao marxismo-leninismo.¹¹⁴

De acordo com o seu documento base,

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. (...) Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade.¹¹⁵

Em 1964 foi instaurado em Belo Horizonte (MG) um Inquérito Policial Militar (IPM) nº 60/65, para investigar a Ação Popular. Com base nesse IPM, em 15 setembro de 1967, a promotoria da auditoria da 4ª Região Militar ofereceu denúncia contra Adalgisa e mais 13 pessoas, que eram da direção da AP.¹¹⁶

Adalgisa foi interrogada em 13 de julho de 1964, no Quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, em Belo Horizonte, sobre as atividades da Ação

¹¹¹ MOTTA, *op.cit.* Pg. 21

¹¹² REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985. Pg. 36.

¹¹³ OLIVEIRA, Nilton de. **A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5**. Orientador: Mário Maestri. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2014. Pg. 15.

¹¹⁴ REIS FILHO, *op.cit.* Pg. 36.

¹¹⁵ Documento Base da AP de 1963. In REIS FILHO, *op.cit.* Pg. 45.

¹¹⁶ Os autos em nome de Adalgisa Maria Vieira do Rosário foram solicitados ao Superior Tribunal Militar, através de formulário, disponível em: <<https://apps.stm.jus.br/ouvidoria-pwa/www/login>> Acesso em: 20 jan. 2023.

Popular. Perguntada qual o cargo que ocupava, ela respondeu que foi coordenadora de Cultura Popular da AP, e sobre as finalidades da organização, disse que visava a humanização do homem. Em diversos “Termo de perguntas ao indiciado”, os integrantes da organização que estavam sendo interrogados, quando perguntados quais os militantes da Ação Popular que conheciam, citam o nome de Adalgisa Maria. Podemos cogitar que ela era muito ativa no movimento.¹¹⁷

Nos anexos do IPM também consta sua participação no CPC. O documento de 19 de junho de 1964, do Departamento de Vigilância Social, da Delegacia de Ordem Social de Belo Horizonte, diz que Adalgisa registra o seguinte antecedente nesse departamento: “Conforme comunicação de 1º de julho de 1963 a marginada foi eleita diretora executiva do Centro Popular de Cultura”.¹¹⁸

Em um relatório de 13 de julho de 1966, assinado pelo capitão encarregado do IPM, Dalmo Glayr Nascimento Oliveira, Adalgisa e mais 32 pessoas são indiciadas na Lei de Segurança Nacional.¹¹⁹ Adalgisa é incurso nos artigos 2º (item IV), 7º e 10º da Lei nº 1802 de 1953:

Art. 2º Tentar:

IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo;

Art. 7º Concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos anteriores.

Art. 10. Filiar-se ou ajudar com serviços ou donativos, ostensiva ou clandestinamente, mas sempre de maneira inequívoca, a qualquer das entidades reconstituídas ou em funcionamento na forma do artigo anterior.¹²⁰

Adalgisa não compareceu à audiência, que estava marcada para 16 de janeiro de 1968. De acordo com o oficial de justiça encarregado de intimá-la, sua mãe disse que ela estava na Espanha. Outra audiência foi marcada para o dia 7 de junho de 1968, e dessa vez, o oficial diz que foi informado que ela estava em local incerto e não sabido.¹²¹ Em

¹¹⁷ *Ibidem.*

¹¹⁸ *Ibidem.*

¹¹⁹ *Ibidem.*

¹²⁰ BRASIL, Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/1/1953, Página 273. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 06 fev. 2023.

¹²¹ Os autos em nome de Adalgisa Maria Vieira do Rosário foram solicitados ao Superior Tribunal Militar, através de formulário, disponível em: <<https://apps.stm.jus.br/ouvidoria-pwa/www/login>> Acesso em: 20 jan. 2023.

26 de junho de 1968, o Superior Tribunal Militar (STM) concedeu ordem de *habeas corpus* em favor de Leo Pompeu de Rezende Campos e Aricy Curvelo D’Avilla Filho, indiciados na Lei de Segurança Nacional, reconhecendo como inepta a denúncia. Em 08 outubro de 1968, o advogado Francisco Izento solicitou que o *habeas corpus* fosse estendido para Adalgisa e mais 11 pessoas que eram denunciados no mesmo processo, na qualidade de co-réus. Em 18 de outubro de 1968, o STM concedeu ordem de *habeas corpus* em favor de Adalgisa e mais 11 pessoas, pois alegaram que:

Dos pacientes citados pelo impetrante, vários já saíram da denúncia, por inépcia; quanto a outros, a denúncia foi rejeitada; (...) e pelas informações prestadas pela Auditoria competente, onde se vê que elementos mais comprometidos, inclusive um que é dado como fundador da “Ação Popular” e cuja denúncia foi até mesmo rejeitada, ACORDAM os Senhores Ministros deste Superior Tribunal, por unanimidade de votos, em conceder a extensão, por inépcia da denúncia aos pacientes restantes na denúncia.¹²²

Conquanto, o IPM nº 60/65 sobre a Ação Popular iria influenciar negativamente na carreira de Adalgisa como professora da UnB quase 10 anos depois.

Em um documento confidencial de origem do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), de 8 de junho de 1973, com o assunto “Infiltração Marxista no Ensino Superior”, relata que o maior *Campus Avançado* do Brasil¹²³, que abrangia municípios de Goiás e Mato Grosso está sendo dirigido pela primeira vez no país por uma professora, Adalgisa Maria Vieira do Rosário. A UnB havia assinado convênio com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e o *campus* tinha como objetivo executar projetos de desenvolvimento para aquela área. A professora Aldayr Brasil Barthy era a coordenadora.¹²⁴

De acordo com os militares, a região era alvo de lutas políticas e sociais, instigadas por grupos subversivos e, por isso, a escolha dos participantes do *campus* merecia maior

¹²² *Ibidem*.

¹²³ *Campus Avançado* é uma extensão das Universidades, de um *campus* que já existe, com a possibilidade de oferecer os mesmos ou novos cursos, em uma nova região, geralmente menos desenvolvida. A tendência é que ele se transforme em uma nova unidade.

¹²⁴ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73060959 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824776&v_aba=1> Acesso em: 27 jan. 2023.

atenção. Eles descrevem todos os antecedentes de Adalgisa, citam o IPM sobre a Ação Popular e também a participação da Aldayr no Movimento de Educação de Base.¹²⁵

Além disso, para eles, o universitário, “está sempre com a sua mente aberta a aceitar todos os ensinamentos oriundos de um mestre, sobretudo aqueles ensinamentos subliminares que os levam a contestar a ordem moral e social existente no país.” E complementam afirmando que as professoras Adalgisa e Geralda Dias estão iniciando um trabalho político junto aos alunos das faculdades de Ciências Sociais e Econômicas, para conseguir adeptos para a ideologia marxista-leninista.¹²⁶

Os estudantes foram considerados um desafio ao poder militar, por conta do seu ativismo.¹²⁷ Eles eram sujeitos ativos nos debates políticos, tiveram papel de destaque no governo de João Goulart e protagonismo na oposição ao regime. Mesmo na ilegalidade, a UNE continuava ativa, liderava protestos e realizou até congressos nacionais.¹²⁸ Por serem um grupo com maior adesão às ideias da esquerda e devido a esse protagonismo na luta contra a Ditadura Militar, os estudantes foram um dos grupos mais atingidos pela repressão, muitos foram presos, torturados e mortos.¹²⁹

Ademais, as universidades também eram vistas pelos militares como centros de comportamentos desviantes, que envolviam drogas e sexo, “que, para os mais imaginosos entre eles, significavam o prelúdio do comunismo”.¹³⁰ Os agentes de informação também eram encarregados de vigiar as pessoas consideradas “moralmente desviantes”.¹³¹ Essas pessoas eram os usuários de drogas, os homens homossexuais e as mulheres que eram consideradas promíscuas.¹³²

Em 12 de outubro de 1973, o CISA, em um documento confidencial, com o assunto “Infiltração Marxista no Ensino Superior”, comunica que Adalgisa Maria e Aldayr Brasil foram dispensadas do *Campus* Avançado de Aragarças. Além disso,

¹²⁵ *Ibidem.*

¹²⁶ *Ibidem.*

¹²⁷ MOTTA, *op.cit.* Pg. 240.

¹²⁸ FERNANDES, Analu. **Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB.** Orientadora: Simone Rodrigues Pinto. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

¹²⁹ MOTTA, *op.cit.* Pg. 241.

¹³⁰ *Ibidem.* Pg.70.

¹³¹ *Ibidem.* Pg.138.

¹³² Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg. 165.

também dizem que elas estão sob observação direta da Assessoria de Assuntos Especiais (AEE) da Universidade de Brasília.¹³³

Adalgisa também está presente em outros documentos da vigilância. Em um de 01 de novembro de 1974, de origem do SNI, catalogado como “urgentíssimo” e “confidencial”, com o assunto “Infiltração comunista nos diversos setores da atividade e identificação de elementos infiltrados”, ela é citada no tópico sobre o corpo docente do ensino universitário.¹³⁴

Em outro documento, de 12 de janeiro de 1977, de origem do Centro de Informações do Exército, com o assunto “Atividades subversivas na UnB”, Adalgisa é apontada como integrante do grupo de professores que orienta a atividade política subversiva dos alunos na universidade. Relata também que ela promovia reuniões de alunos de tendência esquerdista em sua própria casa e que possuía uma vasta biblioteca com obras marxistas, inclusive possuindo as atas das reuniões da Internacional Comunista desde a data de sua fundação.¹³⁵

Visto que eles sabiam até o que Adalgisa possuía em sua biblioteca pessoal, podemos cogitar que alguém a delatou ou que havia algum infiltrado nessas reuniões, ou que se quer isso era verdade. Durante a Ditadura Militar agentes e espias foram introduzidos nas universidades para fornecerem informações aos militares, mas até mesmo professores de direita denunciaram colegas de esquerda, indicando para a reitoria ou a polícia que havia comunistas “infiltrados” entre professores e alunos.¹³⁶

A comunidade acadêmica notava a presença dos agentes e espias, havia muitos infiltrados no movimento estudantil, muitos foram descobertos, mas outros eram mais discretos e eficientes.¹³⁷

¹³³ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73062176 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824983&v_aba=1> Acesso em: 27 jan. 2023.

¹³⁴ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74078778 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1826522&v_aba=1> Acesso em: 27. Jan. 2023.

¹³⁵ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.77105957 Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1832639&v_aba=1 Acesso em 27. Jan. 2023.

¹³⁶ MOTTA, *op.cit.* Pg.24

¹³⁷ *Ibidem.* Pg. 139.

Um caso emblemático que mostra o controle e a vigilância que a universidade vivia ocorreu na UnB em maio de 1978, quando um estudante de Engenharia Elétrica descobriu uma escuta eletrônica clandestina no forro do teto da sala do diretório universitário.¹³⁸

No documentário “PROMEMEU: História e Memória em Construção” a professora Adalgisa relata que ficou quinze anos sem receber promoção funcional, e que seu salário era uma “merreca”, segundo as palavras da mesma, e complementa dizendo que só foi promovida quando Cristovam Buarque assumiu a reitoria, em julho de 1985.¹³⁹ No documento do SNI de novembro de 1974, é especificado que Adalgisa era professora chefe do Departamento de História,¹⁴⁰ um posto importante, então podemos levantar a hipótese de que os 15 anos sem receber promoção pode ter acontecido como uma forma de punição, por conta dos seus antecedentes como militante e por ser considerada subversiva.

2.2 GERALDA DIAS APARECIDA

Geralda Dias Aparecida nasceu em 19 de outubro de 1943 em Grumarânia (MG) e graduou-se em História em 1967 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Geralda participava ativamente do movimento estudantil e se auto exilou, abandonando o mestrado que cursava na Universidade de Brasília.¹⁴¹ Em 1981 concluiu seu doutorado pelo Colégio de México.¹⁴²

Doutorado esse que a permissão foi desaconselhada pela Agência Central do SNI. Em 4 de setembro de 1973, Geralda solicitou seu afastamento da Universidade de Brasília para realizar o Doutorado no México. Em 6 de setembro de 1973 a DSI/MEC pediu ao SNI os antecedentes da professora para análise. Em 24 de setembro, a AC/SNI informa

¹³⁸ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pg. 200.

¹³⁹ ARQUIVO CENTRAL ACE/UNB. **PROMEMEU: História e Memória em Construção**. Youtube, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IzUzUfCh2Jk>> Acesso em: 16 jan. 2023.

¹⁴⁰ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74078778 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1826522&v_aba=1> Acesso em: 27. Jan. 2023.

¹⁴¹ OPENING the Archives Project. Disponível em: <<http://www.his.unb.br/noticias/90-nota-de-pesar-pelo-falecimento-da-professora-geralda-dias-aparecida>> Acesso em: 12 jan. 2023.

¹⁴² OPENING the Archives Project. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4525974143426657>> Acesso em: 12 jan. 2023.

que existem nos seus arquivos registros que desaconselham o afastamento dela para realização de cursos no exterior. Os registros eram os seguintes: O IPM de 1964 sobre a Ação Popular, ser simpatizante da ALN e exercer trabalho político para conseguir adeptos ao marxismo-leninismo junto com a Adalgisa e alunos da UnB.¹⁴³

O regime procurava censurar a participação de estudantes e professores em eventos fora do país e os convênios entre universidades e instituições do exterior. Em um Ofício Circular de maio de 1973, a Divisão de Segurança e Informações informou ao reitor que o Ministro da Educação ordenava que se adotassem medidas para evitar o estreitamento de relações culturais com países de governos comunistas.¹⁴⁴

Após essa medida, para autorizar o afastamento do país, todos os pedidos deviam ser encaminhados para a DSI/MEC para análise. Os formulários preenchidos deviam contar com a ficha de qualificação, assinada com os dados pessoais e registro das “ligações políticas”. Eles passavam pela ASI das universidades e eram enviados para a DSI/MEC.¹⁴⁵ A maioria dos pedidos eram liberados, mas também houveram vetos. Em 1973, o professor Klass Woortmann do Departamento de Antropologia da UnB não foi autorizado a viajar para a Universidade da Flórida, que tinha convênio com a universidade, por conta do veto político. Além de vetar pedidos de viagem, também havia o veto a pedido de bolsas, de agências como a Capes e CNPq. Esses vetos foram conhecidos pela comunidade acadêmica como “cassações brancas”, pois eles eram sigilosos e as justificativas não eram explicadas aos afetados.¹⁴⁶

Geralda atuou como professora da UnB de 1972 a 1973¹⁴⁷ e foi professora titular da *Universidad Autonoma Metropolitana de México* de 1977 a 1982. Em 1985 retornou a UnB, criou a área de História da América e permaneceu até a sua aposentadoria, em 2003.¹⁴⁸ Faleceu em 17 de abril de 2021 por sequelas da Covid-19.

¹⁴³ Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73062478 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1825011&v_aba=1> Acesso em: 28 jan. 2023.

¹⁴⁴ APARECIDA, *op.cit.* Pg. 18.

¹⁴⁵ MOTTA, *op.cit.* Pg. 153.

¹⁴⁶ *Ibidem.* Pg. 153

¹⁴⁷ ARQUIVO CENTRAL ACE/UNB. **PROMEMEU: História e Memória em Construção.** Youtube, 30 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IzUzUfCh2Jk>> Acesso em: 16 jan. 2023.

¹⁴⁸ OPENING the Archives Project. Disponível em: <<http://www.his.unb.br/departamento/historico>> Acesso em: 12 jan. 2023.

Durante o IPM nº 60/65, instaurado em 64, Geralda também foi interrogada por conta da sua participação na Ação Popular. O interrogatório ocorreu em 9 de julho de 1964, em Belo Horizonte, no Quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Perguntada se tinha conhecimento das finalidades da AP, ela respondeu que soube que o movimento tinha como finalidade a alfabetização de adultos. Sobre quanto tempo permaneceu na organização e se ocupou algum cargo, Geralda respondeu que do fim de 1963 até janeiro de 1964 e que não ocupou nenhum cargo na AP. Relatou também que trabalhou no CPC como professora, pois precisava de um emprego. Geralda e Adalgisa se conheceram na Ação Popular.¹⁴⁹

Em uma ficha de qualificação redigida pela Assessoria de Assuntos Especiais da UnB, em 20 de dezembro de 1973, no item sobre ligações políticas, Geralda é descrita como suspeita de subversão, descreve também que a demissão em outubro de 1973 foi a pedido da mesma.¹⁵⁰

Em uma apostila intitulada “Contra-subversão” utilizada no Curso de Segurança e Informação e distribuída pela DSI/MEC para a ASI/UnB, eles definem subversão como:

Subversão – é o conjunto de atividades de caráter predominantemente psicológico, que buscam, de maneira lenta, progressiva e insidiosa, a conquista física e espiritual da população, através da destruição das bases fundamentais da comunidade que integra, da decadência e do desprezo às instituições vigentes, levando-a a aspirar uma forma de comunidade totalmente diferente, pela qual se dispõem ao sacrifício.

Ela se concretizará, então, quando se processar:

- a destruição dos valores, da vontade e dos sentimentos da coletividade
- o aparecimento dos valores, da vontade e dos sentimentos da nova sociedade, e
- o instilamento do ódio, repulsa ou indiferença aos antigos padrões de julgamento ou filosofia de vida.

Estes são, pois, os objetivos da subversão.¹⁵¹

¹⁴⁹ Os autos em nome de Geralda Dias Aparecida foram solicitados ao Superior Tribunal Militar, através de formulário, disponível em: <<https://apps.stm.jus.br/ouvidoria-pwa/www/login>> Acesso em: 20 jan. 2023.

¹⁵⁰ Ver BR_DFANBSB_AA1_0_ADA_0023_d0001de0001.pdf Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1297121&v_aba=1> Acesso em: 28. Jan. 2023.

¹⁵¹ Ver BR DFANBSB AA1.0.LGS.7 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1180960&v_aba=1> Acesso em: 08 fev. 2023.

Podemos notar uma subliminaridade nesse conceito. Que valores são esses? Qual é a vontade a que eles se referem?

No documento do CISA, de junho de 1973, sobre o *Campus* Avançado de Aragarças, os antecedentes de Geralda Dias também são apresentados quando se referiam a escolha das pessoas que iriam atuar no *campus*. Está apontada sua presença no IPM sobre a AP e que no momento ela era simpatizante da ALN, além do já referido que ela em conjunto com Adalgisa Maria e alunos, estavam trabalhando para conseguir adeptos para a ideologia marxista-leninista.¹⁵² Geralda Dias também foi dispensada das funções que exercia no *Campus* de Aragarças e ficou sob observação direta da AEE da UnB.¹⁵³

¹⁵² Ver BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73060959 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1824776&v_aba=1> Acesso em: 27 jan. 2023.

¹⁵³ Ver BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.705 Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2034483&v_aba=1> Acesso em: 28. Jan. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa desenvolvida podemos considerar que durante a Ditadura Militar a comunidade acadêmica da Universidade de Brasília foi amplamente atingida por violências arbitrárias. A UnB que desde a sua gênese enfrentou oposições a sua existência, foi perseguida por conta de seu projeto original, que representava um modelo inovador e revolucionário de universidade, o qual era mal visto pelos setores conservadores da sociedade e por ter tido a frente, pessoas como Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, considerados inimigos ideológicos do regime. A universidade sofreu uma série de invasões violentas por tropas militares, em 1964, 1965, 1968 e 1977, prejuízos acadêmicos e científicos por conta das aposentadorias forçadas e demissões dos professores, além da falta de liberdade de expressão e de autonomia universitária, que prejudica o meio acadêmico.

As universidades foram vistas pelos golpistas como antros de subversão e de ameaça comunista, logo, foram um dos locais mais visados e perseguidos pelos militares. O regime promoveu uma “limpeza ideológica” nos espaços públicos, e em 1964 e 1969 ocorreram as “operações limpezas” nas universidades.

Em 1965 a universidade perdeu aproximadamente 80% do corpo docente, pois coordenadores e professores pediram demissão coletiva em protesto ao clima de instabilidade e as demissões arbitrárias de professores. Observa-se como a Ditadura Militar solapou a Universidade de Brasília, causando seu esvaziamento e influenciando negativamente na qualidade do ensino público.

Ademais, fica nítida a existência da espionagem das atividades de professores, alunos e funcionários da UnB, através da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília e do Serviço de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília e a severa perseguição contra os movimentos estudantis e de professores. Em todas as universidades, os professores ideologicamente não compatíveis com a ditadura de 1964 foram demitidos, aposentados, presos, vigiados e perseguidos pelo Estado autoritário e muitos integrantes do corpo estudantil foram torturados e mortos pela ditadura.

Além das ações persecutórias já citadas, como as demissões e as aposentadorias, que impactavam a carreira profissional e vida particular dos professores, pois se tornavam visados e tinham dificuldade de conseguir trabalho em outras instituições, também houve casos de tortura, morte e desaparecimento de professores, como o caso da professora de química da USP Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva.

Em relação aos casos de Adalgisa Maria e Geralda Dias, ambas foram consideradas subversivas pelo regime por terem participado do movimento estudantil e de organizações de esquerda, o que implicou diretamente para serem dispensadas do *Campus* Avançado de Aragarças e ficarem sob observação direta da Assessoria de Assuntos Especiais da Universidade. Podemos observar na análise de seus casos como o regime levava em consideração as concepções ideológicas dos professores e o receio que tinham dos docentes incentivarem os alunos para o que eles consideravam como subversão.

Devemos também reconhecer o importante trabalho das professoras com a documentação da universidade, ambas ajudaram a recuperar e organizar documentos, resgatar o patrimônio material da instituição e foram colaboradas da CATMV-UNB. Também ressalto a coragem das professoras em se oporem ao um regime autoritário que interrompeu diversas vidas.

Por fim, um das contribuições deste trabalho está no âmbito da divulgação da história da Universidade de Brasília e dos professores universitários da UnB na Ditadura Militar. Porém, este trabalho de conclusão de curso não tenta esgotar o tema, é necessário a contínua pesquisa nas documentações das ASIS das universidades federais e da história de outros professores que tiveram suas carreiras truncadas ou ceifadas pelo regime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio Grande do Sul, Edusc, 2005.

APARECIDA, Geralda Dias. **Os olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília**. In: *Quadrilátero – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal*. v.1, nº1, março-ago 1998, pp.13-26.

BERLINK, Manoel Tosta. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas, Papirus Livraria Editora, 1984.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. **Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014.

_____. Relatório. **Volume II. Textos Temáticos**. Brasília: CNV, 2014.

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015.

FERNANDES, Analu. **Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB**. Orientadora: Simone Rodrigues Pinto. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

GOMES, Candido Alberto. **Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes**. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. – (Coleção Educadores)

JORGE, Ferreira. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Nilton de. **A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5.** Orientador: Mário Maestri. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2014.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985).**

_____. **Veneno em dose dupla: ASI e SSP, espionagem, controle e repressão na UnB.**

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971.** Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985.

SALMERON, Roberto Aureliano. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965.** Brasília, Editora UnB, 1998.

Universidade de Brasília (UnB) - Conselho Diretor da Fundação. **Plano Orientador da Universidade de Brasília.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1962.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, CAROLINE SILVA DE OLIVEIRA, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “As ações persecutórias do Estado contra professoras universitárias da Universidade de Brasília na Ditadura Militar (1964-1985)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Caroline Silva de Oliveira

Brasília, 22 de fevereiro de 2023